

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

JOSÉ QUERINO TAVARES NETO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenador: José Querino Tavares Neto – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-311-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Direito. 3. Sustentabilidade.

I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

A importância dialogal entre Direito e Sustentabilidade adquire cores intensas no momento recessivo e pouco animador em que encontra o período atual. De um lado, uma sociedade pouco consciente e muito menos comprometida com as futuras gerações, sobretudo nas questões ambientais; de outro, uma crise de representação que indica uma séria ameaça às conquistas obtidas pela cidadania das últimas décadas, mormente, a distribuição de renda.

Resultado da tecnologia galopante e cada vez mais embriagados numa modernidade líquida que transforma intimidade em futilidade, de fato, tem-se uma sensação de vazio efêmero.

Mais grave ainda, fruto de profundas lutas ao longo do século, os recentes avanços que relevaram o papel da sociedade XX, em especial dos Movimentos Sociais, Comunidades Tradicionais, Sociedade Civil Organizada, que estabeleceram a centralidade do tema da sustentabilidade para as perspectivas atuais e futuras, parecem na ordem do dia abduzidos de prioridade governamental, aliás, se os índices de subtração e subjugação do papel determinante da sociedade continuar nessa direção e não ocorrer uma urgente e incondicional mudança de paradigma prioritário para centralidade do binômio meio ambiente/sociedade, nem haverá perspectivas futuras.

Por isso, o Direito, enquanto instrumento regulatório que transcende as perspectivas reducionistas pela ausência de referências, e, no caso, a Sustentabilidade como instrumento essencial da nova ordem pós-nacional, evita o esgotamento das instituições em suas excentricidades. Assim, Sustentabilidade centrada nas suas próprias referências economicistas, esgota-se, e o Direito, resultado apenas de concepções elitistas e finalistas, perde o sentido.

Essa foi a grande questão que norteou as discussões teóricas e multidisciplinares dos textos apresentados no XXV Congresso do Conpedi.

De fato, pode-se perceber seu fio condutor e inquieto: a necessidade de transcendência dos conceitos restritivos e reducionistas e a ampliação de atores no processo decisório nas questões referentes ao meio ambiente e sustentabilidade como necessidade urgente.

Isso não é uma dentre outras opções, mas, sobretudo, a necessária e única forma de alguma esperança para o futuro.

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG/PUCPR

METAMORFOSE DO DECRESCIMENTO PARA GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL DO SISTEMA-MUNDO

DEGROWTH METAMORPHOSIS FOR SUSTAINABLE GOVERNANCE SYSTEM-WORLD

Patrícia Silva Rodrigues

Resumo

Este artigo científico investiga o problema do Crescimento e do Produtivismo no Sistema-mundo. A importância do tema reside na reflexão do Decrescimento sob o paradigma da Sustentabilidade. Discorreu-se sobre o Sistema-mundo estudado por Wallerstein e a Governança Corporativa Sustentável; os problemas do Crescimento e do Desenvolvimentismo da sociedade moderna e a Sustentabilidade como paradigma para a Governança; a metamorfose para o Decrescimento como novo rumo da sociedade para uma melhoria e impedimento do colapso social. Concluiu-se que a metamorfose pela qual é preciso passar implica no Decrescimento. O trabalho foi desenvolvido sob método indutivo. A pesquisa foi bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Sistema-mundo, Governança, Sustentabilidade, Decrescimento

Abstract/Resumen/Résumé

This scientific paper investigates the problem of growth and Productivism the World-System. The importance of the issue lies in degrowth reflection on the sustainability paradigm. We talked about the World-System studied by Wallerstein and Corporate Governance Sustainable; the problems of growth and Developmentalism of modern society and sustainability as a paradigm for governance; the metamorphosis into degrowth as a new direction of society for improvement and prevention of social breakdown. It was concluded that the metamorphosis through which one must pass implies degrowth. The work was developed under inductive method. The research was literature and documents.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: World-system, Governance, Sustainability, Degrowth

1. INTRODUÇÃO

O problema enfrentado na atualidade em nível global – e tratado neste artigo – é que o Capitalismo exige expansão diante da sociedade do hiperconsumo que se solidificou ao longo dos últimos anos e, com isso, inevitavelmente, há degradação das coordenadas ambientais provocadas pelo homem. Parte-se da hipótese de que é necessário mudar a rota, a premissa até então vigente. É dizer, impõe-se desmontar ou transformar a estrutura do Capitalismo Global atual.

Este artigo científico tem como objeto¹ os problemas gerados pelo Crescimento e pelo desenvolvimento do Sistema-mundo. A importância do tema consiste em refletir sobre saídas e rumos para a sociedade. O objetivo² é identificar, minimizar e otimizar os efeitos negativos da Globalização e do Crescimento com a final proposta de (re)pensar um novo caminho a ser trilhado pela sociedade diante da atual realidade ambiental global por meio do denominado Decrescimento.

Na primeira fase de pesquisa, a decisão, operou-se com o referente³ de descrever os paradigmas da hodierna sociedade, construindo bases para sugestão de novos rumos a serem tomados. Na segunda fase, a busca de dados, garimpam-se os fundamentos doutrinários sob o método indutivo⁴ (Descartes, 1999, p. 23). Na terceira fase de pesquisa, de tratamento de dados recolhidos, foram correlacionadas, sob o método cartesiano⁵, as formulações recolhidas em função do referente eleito. A quarta fase culminou no relatório de pesquisa, que aponta as conclusões.

Na primeira parte, fez-se um retrospecto do Sistema-mundo e as formas de Governança das forças do Crescimento e do Produtivismo que alavancam a sociedade. Na segunda, descreveram-se os problemas enfrentados com o Desenvolvimentismo e as críticas ao Desenvolvimento Sustentável. Na terceira parte, versou-se a respeito do paradigma da Sustentabilidade Ambiental. No quarto destacou-se e propôs-se a mudança de rota para o Decrescimento como solução para o colapso ambiental e social.

¹ “Motivo temático (ou a causa cognitiva, vale dizer, o conhecimento que se deseja suprimir/ou aprofundar) determinante da realização da investigação” (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 13. ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 77).

² “É a meta que se deseja alcançar como desiderato da pesquisa” (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. p. 77).

³ “Explicitação prévia do motivo, Objetivo e produto desejado, delimitado o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa” (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. p. 57-66).

⁴ “Pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral” (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. p. 104).

No que se refere à metodologia (Pasold, 2015, p. 8), este trabalho concentrou-se na área de Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, foi desenvolvido sob o método indutivo e cartesiano e operacionalizado com as técnicas do referente, da categoria, do conceito operacional mediante pesquisa bibliográfica e documental.

2. SISTEMA-MUNDO

Sistema-mundo é um conceito criado por Immanuel Wallerstein⁶ para retratar o Universalismo Europeu que marca a ideologia dominante na sociedade ocidental. Centra-se no estudo do sistema social e suas inter-relações com o avanço do Capitalismo mundial como forças determinantes entre os diferentes países, incluindo os pequenos.

O Sistema-mundo, segundo Cesar Sanson (s/a, s/p):

É estruturado de tal forma que há um eixo centro-periferia, no qual algumas zonas geográficas produzem bens de alto valor agregado enquanto outras regiões produzem bens de baixo valor agregado para mercados altamente competitivos. O resultado é um constante fluxo de mais-valia de produtores de bens periféricos para produtores de bens centrais.

Já nas palavras do próprio Immanuel Wallerstein (s/d, s/p)⁷:

My analysis of the modern world-system argues that we are in a structural crisis, that the system is in fact unable to survive, and that the world is in a chaotic situation, which we will be in for twenty to forty years to come. This crisis has to do with the lack of sufficient surplus-value available and thus with the possible profit one can make. The system is bifurcating – referring to a situation in which there are two alternative ways of getting out of the present crisis in order to create a new, stable, world-system. [...]. Basically there will be people trying to create a new world-system which will replicate certain basic features of the existing system but not be a capitalist system. It would still be hierarchical and exploitative. The other direction would be to create an alternative system that is relatively democratic and relatively egalitarian. These are all very vague terms because one can't define in advance the structural details of such a future world-system. But obviously one solution would be from my point of view a better world-system, and the other would be at least as bad as or perhaps worse than the world-system we presently have. So it's a real political struggle.

Tem-se, pois, que o Capitalismo é expansivo, precisa se ampliar, retornar o investimento para se sustentar e conservar. Isso, por óbvio, vai de encontro ao Meio Ambiente

⁶ Immanuel Wallerstein é um dos intelectuais de maior projeção internacional na atualidade. Seus estudos e análises abrangem temas sociológicos, históricos, políticos, econômicos e das relações internacionais. É professor na Universidade de Yale e autor de dezenas de livros.

⁷ “Minha análise do Sistema-mundo moderno é que estamos em uma crise estrutural, que o sistema é incapaz de sobreviver, e que o mundo está em uma situação caótica, em vinte ou quarenta anos. Esta crise tem a ver com a falta de mais-valia suficiente disponível e, portanto, com a possível lucro que se pode fazer. O sistema está bifurcando - referindo-se a uma situação em que existem duas formas alternativas de sair da atual crise, a fim de criar um novo, Sistema-mundo estável. [...] Basicamente haverá pessoas que tentam criar um novo Sistema-mundo que irá replicar algumas características básicas do sistema existente, mas não ser um sistema capitalista. Seria ainda hierárquico e explorador. A outra direção seria a criação de um sistema alternativo que é relativamente democrático e relativamente igualitário. Estes são todos os termos vagos porque não se pode definir previamente os detalhes estruturais de um futuro Sistema-mundo. Mas, obviamente, uma solução seria, do meu ponto de vista, um melhor Sistema-mundo, e a outra seria pelo menos não tão ruim quanto ou talvez pior do que o Sistema-mundo hoje temos. Então é uma luta política real” (tradução livre).

e à mínima forma de se viver, pelo que, acaso mantida essa rota da rede corporativa mundial, haverá, necessariamente, um colapso ambiental (Marques, 2015, p. 35).

A título de ilustração, são 93 milhões de barris de petróleo por dia em progressão contínua, não dentada. O carvão mineral também tem alto consumo e são combustíveis fósseis. A sociedade civil não controla o fluxo de investimentos. Quem controla são os detentores de capital: Shell, Texaco etc.

A par disso, busca-se a melhor forma de organizar e administrar todas essas forças que ora são positivas ora são negativas para o avanço da sociedade, quando se fala então em Governança do Sistema-mundo.

2.1 Governança do Sistema-mundo

Governança é a articulação entre governos, corporações e algumas grandes Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuando em conjunto para manter o sistema operando sem problemas (De Oliveira, s/a, s/p). O que se fala atualmente é em reformatação da Governança mundial.

Em uma perspectiva multidisciplinar, agrega-se, ainda, o que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) oficializou como conceito de Governança Corporativa: “É o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho e administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal” (Naime, s/a, s/p).

Conforme Lodi (2000, p. 19), quatro palavras esclarecem o entendimento sobre o que esperar das boas práticas de Governança Corporativa: 1) *Fairness*, traduzida por senso de justiça e de equidade para com os acionistas minoritários contra transgressões de majoritários e gestores; 2) *Disclosure*, usualmente chamada de transparência, com dados acurados, registro contábil fora de dúvida e relatórios entregues nos prazos combinados; 3) *Accountability*, ou responsabilidade pela prestação de contas por parte dos que tomam as decisões de negócios; 4) *Compliance*, ou obediência e cumprimento e cumprimento das leis do país.

Pode ser agregada ainda a (4) ética, que deve regular as transações e o comportamento de todas as pessoas envolvidas com as organizações. Para Ashley (2004, p. 50) é importante ressaltar que “responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados [...] por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis”.

Então, Governança Corporativa Ambiental pode ser entendida como articulação entre governos, corporações e ONGs que, atuando em conjunto e com senso de justiça e equidade, transparência e obediência às normas do país, mantêm o sistema ambiental operando sem problemas.

Para George Martine (s/a, s/p) qualquer discussão da Governança Global futura precisa ser embasada no reconhecimento dos limites do atual padrão de Desenvolvimento. O embate entre Economia e Ecologia gera o maior dilema da história da humanidade. A redução da pobreza nas condições atuais exige o desenvolvimento econômico. A pobreza global continua grande: 1,2 bilhões de pessoas estão na extrema pobreza e 900 milhões passam fome. A massa mundial de consumidores que participa diretamente do projeto de *Throughput Growth* por meio do mercado global ainda é minoria, pois essa minoria, a classe média e alta, representa apenas 1/3 da população mundial. Entretanto, o consumo feito por essa minoria já é mais do que suficiente para ameaçar os limites ambientais globais.

É o mesmo pensamento de Xavier Ricard Lanata (s/a, s/p), para quem tal cenário exige uma reformulação completa da Governança internacional, que seja capaz de combinar atores tradicionais (Estados e organizações multilaterais) com “redes” da sociedade civil, todos estruturados em torno dos principais problemas em diferentes escalas territoriais. Cientistas, movimentos sociais, ONGs e empreendimentos preocupados em se inscrever em um programa de transição ecológica e social (e em aceitar as respectivas restrições) poderiam desempenhar um papel mobilizador na realização de uma nova ordem internacional inédita.

Assim, é mister uma Governança dos limites no uso de materiais, de energia e nas emissões de gases de efeito estufa, mas é, igualmente, necessário e em última instância, redefinir os objetivos do Desenvolvimento.

3. DESENVOLVIMENTISMO

Desenvolvimentismo é a política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo.

Verena Glass (s/a, s/p), ao reportar o 1º Encontro de Pesquisadores da Panamazônia, ocorrido no final de maio de 2014 na cidade de Macapá (no marco do Fórum Social Panamazônico), traz o esclarecimento da cientista social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Camila Moreno. A acadêmica esclarece que o discurso construído em torno da ideia-força do Desenvolvimento é indissociável da consolidação do regime multilateral,

inaugurado após a Segunda Guerra Mundial com os acordos de Bretton Woods e a criação das Nações Unidas.

Fundado em 1944, o Banco Mundial, uma das principais instituições do regime multilateral, tem entre suas instituições financeiras o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBDR), fundado para reconstruir a Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial, bem como prover empréstimos para o desenvolvimento dos países de renda média e pobres. Desde então, como esforço comum entre as nações e como fundamento de cooperação internacional, tornou-se central promover o Desenvolvimento.

O discurso sobre o Desenvolvimento vem alicerçando as decisões econômicas que consolidaram e justificaram um processo de acumulação desigual em escala global. Em que pesem as inúmeras críticas, como as feitas pela Escola do Subdesenvolvimento e pelas Teorias de Dependência, a Ideologia Desenvolvimentista, associada à ideia de Crescimento ilimitado, determina hoje o sentido da história, expropria as populações sobre decidir seu próprio destino, justificando decisões cotidianas sobre o futuro de territórios e ecossistemas e impondo um modo de vida em sociedade que se afirma na subjugação entre a diversidade de culturas e perpetuando equações coloniais e eurocêntricas.

O Desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida e da Democracia. Porém, constata-se atualmente que o Desenvolvimento Tecno-econômico é mais compatível com as ditaduras nas quais a escravização dos trabalhadores e a repressão policial se destacam (Morin, 2013, p. 27), como é o caso de Brasil e China.

Este Desenvolvimento tem seu lado positivo, que foi até agora a prosperidade segundo o modelo ocidental, permissão de autonomias individuais, acesso ao casamento escolhido e não imposto, liberdade sexual e suscitação de grandes aspirações democráticas. Entretanto, tem também seu lado negativo: produziu as intoxicações consumistas, criou novas corrupções nas administrações e relações econômicas, destruiu a solidariedade tradicional, multiplicou as solidões individuais e fez crescer a criminalidade.

Para Edgar Morin o Crescimento desenfreado do Capitalismo financeiro, desde 1990, em detrimento do trabalho, intensifica esse lado negativo. Nessa esteira, Morin destaca que:

O desenvolvimento instaura um modo de organização da sociedade e das mentes em que a especialização compartimentaliza os indivíduos uns em relação aos outros, não dando a nenhum deles senão uma parte limitada das responsabilidades. Em razão desse fechamento, perde-se de vista o conjunto, o global, e, com isso, a solidariedade (Morin, 2013, p. 30).

Essa especialização produziu um subdesenvolvimento intelectual porque, ao se ensinar a dissociar tudo, a formação disciplinar que o indivíduo recebe faz perder a aptidão de religar e de pensar problemas fundamentais e globais. Além disso, a hiperespecialização e a perda da solidariedade conduzem ao mal-estar, inclusive no próprio cerne do conforto material.

Nas palavras de Edgar Morin:

A nave espacial Terra é propulsada por quatro motores incontrolados: ciência, técnica, economia, lucro, cada um deles alimentado por uma sede insaciável: a sede de conhecimento (ciência), a sede de poder (técnica), a sede de possuir, a sede de riquezas. Seus efeitos são ambivalentes. Sem dúvida, a ciência permitiu elucidações e suscitou aplicações benéficas, mas produziu armas de destruição em massa, principalmente nucleares, e possibilidades desconhecidas de manipulações de genes e de cérebros humanos. Ambivalente por natureza, a técnica dominou as energias naturais, mas também os seres humanos. A economia produziu, ao mesmo tempo, riquezas fantásticas e misérias infundáveis, sua falta de regulações dá livre circulação ao lucro, ele mesmo propulsado e propulsor de um capitalismo desenfreado, fora de qualquer controle, que contribui para a corrida rumo ao abismo (Morin, 2013, p. 34).

Para Henrique Cortez (s/a, s/p), a discriminação e a crítica sempre foram ferramentas repressoras, desde o início do século 20, contra os que questionavam e questionam o Desenvolvimentismo a qualquer custo.

A título de ilustração, cita-se como exemplo, no âmbito ambiental, o Crescimento do Produtivismo, que é criticado porque provocaria: esgotamento dos recursos energéticos (petróleo, gás, urânio, carvão), valor decrescente de matérias-primas, degradação ambiental (efeito estufa, aquecimento global, perda da biodiversidade e poluição), degradação da flora, da fauna e da saúde humana, evolução do padrão de vida dos países do hemisfério norte em detrimento dos países do sul, no que diz respeito a transportes, saneamento, alimentação, etc.

Construtiva é a crítica de Gerald Berreman (1994, p. 4), para quem o Desenvolvimentismo em todo o mundo, seja ele praticado sob governos autoritários ou democráticos, é, em maior ou menor medida em geral, planejado e executado por grupos econômicos/sociais com desejo ou necessidade de obter retornos financeiros consistentes e compatíveis com seus grandes capitais.

As agendas político-econômicas para implementá-las e o poder ou influência para colocá-las em prática, não raras vezes à revelia e às expensas da maiorias das populações afetadas e prioritariamente em benefício de políticas desenvolvimentistas, vêm muitas vezes disfarçadas pelo discurso político-eleitoral ou ideológico do Desenvolvimento Sustentável.

3.1 Crítica ao Desenvolvimento Sustentável

Quem é contra o Crescimento e contra o Produtivismo considera o próprio Desenvolvimento Sustentável uma contradição. Isso porque o Desenvolvimento não pode ser sustentável, uma vez que o aumento constante da produção de bens e serviços também provoca aumento do consumo de recursos naturais, acelerando, portanto, o seu esgotamento.

Para Michael Lowy (s/a, s/p), Desenvolvimento não é sinônimo de Crescimento Econômico, como afirma a teoria econômica dominante – difundida pela grande mídia –, Desenvolvimento não é sinônimo de “Produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem. Isso implica garantir proteção social para que as pessoas se sintam seguras em face das dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano.

Conforme destaca Lesbaupin (s/a, s/p), o indivíduo quer um Desenvolvimento que lhe dê vida e não produtos. É mister que se produza aquilo que é preciso para se viver dignamente, não aquilo que as empresas querem que se consuma, para atender à sua ganância por lucros. É dizer: o indivíduo não precisa de um celular novo por ano, de uma televisão a cada Copa do Mundo, de mais ruas, avenidas e viadutos para garantir a venda de mais carros!

A verdade é que o indivíduo não precisa de máquinas de lavar que quebram depois de um ano ou computadores que ficam obsoletos depois de alguns meses. Tudo aquilo de que o homem precisa pode ser fabricado de modo a ter longa duração, a poder ser aperfeiçoado sem ser trocado, a ser consertado em vez de eliminado. Precisa-se de reengenharia, sim, mas para que nossas indústrias se dediquem a utilizar o que já existe para produzir coisas novas de forma sustentável.

4. SUSTENTABILIDADE

Diferentemente do Desenvolvimento Sustentável, que é limitado por razões ambientais que leva a ideia de Crescimento, a Sustentabilidade consiste na busca de uma sociedade global capaz de perpetuar-se indefinidamente no tempo em condições de dignidade. O termo “Sustentabilidade” advém da palavra latina *sustentare*, que significa sustentar e foi inventado durante o Iluminismo (Bolsselmann, 2018, p. 34).

Segundo Leonardo Boff (2014, p. 107):

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender às necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

Já para Juarez Freitas (2012, p. 41-50):

Trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar. [...] Ou, numa fórmula sintética: é o princípio constitucional que determina promover o desenvolvimento social, econômico, ambiental, ético e jurídico-político, no intuito de assegurar as condições favoráveis para o bem-estar das gerações presentes e futuras.

O referido autor (2012, p. 55) sustenta que a Sustentabilidade é pluridimensional, ou seja, ela engloba diferentes aspectos, como o social, ético, jurídico-político, econômico e, finalmente, ambiental/ecológico.

A respeito, sustentam Paulo Márcio Cruz e Gabriel Real Ferrer (2015, p. 239-278) que, ao lado das dimensões ditas clássicas pela doutrina, a Sustentabilidade, como novo paradigma do Direito, faz emergir uma quarta dimensão, muito relevante e pertinente na atual conjuntura da sociedade, qual seja, a Dimensão Tecnológica.

Já Ignacy Sachs (2009, p. 85-88), que até pouco tempo sustentava apenas 5 dimensões da Sustentabilidade, hoje em dia sustenta que esta categoria detém 8 dimensões, a saber: 1) ambiental, 2) social, 3) econômica, 4) ética, 5) espacial/geográfica/territorial, 6) cultural, 7) política e 8) tecnológica. Ao enfatizar estas dimensões, Sachs deixa claro que, para alcançar-se a Sustentabilidade é indispensável valorizar as pessoas, seus costumes e saberes, bem como ter uma visão holística dos problemas da sociedade, para além de focar apenas na gestão dos recursos naturais. Esta é sua nova proposta, ou seja, uma alternativa à ordem econômica internacional. É um pensamento inovador que fomenta uma transformação do modelo civilizatório atual.

A Dimensão Social “não admite o modelo do desenvolvimento excludente e iníquo”. Nos dizeres de Juarez Freitas (2012, p. 58-60) ela reclama: o incremento da equidade intra e intergeracional; condições propícias ao florescimento virtuoso das potencialidades humanas, com educação de qualidade para o convívio e o engajamento na causa do desenvolvimento que perdura e faz a sociedade mais apta a sobreviver a longo prazo com respeito à dignidade dos demais seres vivos.

A Dimensão Ética, segundo o citado autor (Freitas, 2012, p. 63), reconhece (a) a ligação de todos os seres, acima do antropocentrismo estrito; (b) o impacto retroalimentador das ações e das omissões; (c) a exigência de universalização concreta, tópico-sistemática do bem-estar; e (d) o engajamento numa causa que, sem negar a dignidade e humana, proclama e admite a dignidade dos seres vivos em geral.

A Dimensão Econômica da Sustentabilidade lida com a equação de custos-benefícios, diretos e indiretos, assim como o *trade-off* entre eficiência e equidade intra e intergeracional. Trata da economicidade (princípio encapsulado no art. 70 da CF) no sentido de que ela experimente o significado de combate ao desperdício *lato sensu* e diz respeito à regulação do mercado, no sentido de que ela aconteça para permitir que a eficiência guarde real subordinação à eficácia (Freitas, 2012, p. 67).

A Dimensão Jurídico-política da Sustentabilidade determina, na lição de Juarez Freitas (2012, p. 67), com eficácia direta e imediata, independentemente de regulamentação, a tutela jurídica do direito ao futuro. Apresenta-se como dever constitucional de proteger a liberdade de cada cidadão (titular de cidadania ambiental ou ecológica) nesse *status* no processo de estipulação intersubjetiva do conteúdo intertemporal dos direitos e deveres fundamentais das gerações presentes e futuras.

A Dimensão Espacial/Geográfica/Territorial refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas, equilibradas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis, bem como uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas (Sachs, 2009, p. 86).

A Dimensão Cultural, segundo os ensinamentos de Ignacy Sachs (Sachs, 2009, p. 85), inclui a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação).

A Dimensão Tecnológica, na esteira de entendimento de Paulo Márcio Cruz e Zenildo Bodnar (2012, p. 432-446), diz respeito à necessidade, na atual sociedade do conhecimento, de que a inteligência humana individual e coletiva acumulada e multiplicada possa ser utilizada para garantir um futuro sustentável. Essa dimensão, somada às demais, apresentam identificação com a base de vários direitos humanos e fundamentais (meio ambiente, desenvolvimento, direitos prestacionais sociais, dentre outros), cada qual com as suas peculiaridades e riscos.

Por fim, a Dimensão Ambiental/Ecológica, que é a mais conhecida e guarda relação direta com a mudança climática, o esgotamento de recursos, perda de solo fértil, degradação dos oceanos, será abordada no tópico seguinte.

4.1 Sustentabilidade Ambiental

A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade está relacionada ao direito das gerações atuais e futuras de usufruir de um meio ambiente saudável, sadio, limpo, equilibrado em todos os aspectos (CF, art. 225).

Em suma e na lição de Juarez Freitas (2012, p. 65), não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado, bem como não pode sequer existir vida humana sem o zeloso resguardo da sustentabilidade ambiental, em tempo útil, donde segue que (a) ou se protege a qualidade ambiental ou (b), simplesmente, não haverá futuro para a espécie humana.

Esta dimensão está umbilicalmente relacionada ao Desenvolvimento e, conseqüentemente, ao Capitalismo, sendo que, há algum tempo, pensadores buscam encontrar um denominador comum entre essas categorias, pelo que passou-se a sustentar alternativas com “sobrenomes” ao Desenvolvimento, como por exemplo: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local, Rural, Sustentável, com Equidade de Gênero, Ecodesenvolvimento, Etnodesenvolvimento, etc.

Nesse sentido, fala-se nos Direitos da Natureza, compreendidos como o equilíbrio do que é bom para os seres humanos com o que é bom para as outras espécies do planeta. É um conceito que, juridicamente, pode ainda não ter penetrado a jurisprudência das cortes brasileiras, mas já vem sendo construído pelos pensadores da temática.

Com a atuação dos monopólios industriais há contaminações, ampliação de toxicidades, perda de biomassa. A espoliação dos recursos naturais está na ordem do dia e não se toma conhecimento do fenômeno da apropriação da terra do mundo pelas corporações. Exemplo disso é o caso de países africanos que tiveram suas terras de plantio compradas por grandes corporações do agronegócio, impactando populações locais e seus modos de vida.

Marcus Eduardo de Oliveira (s/d, s/p) constata que, enquanto a lógica do sistema econômico herdada dos ensinamentos da economia clássica estiver centrada na ideia do Crescimento, a economia continuará cometendo o seu mais grave erro ao considerar os recursos naturais como algo infinito, ignorando os limites da biosfera no que tange à sua capacidade de prover recursos e absorver dejetos.

Romper com essa lógica dominante e buscar estabelecer uma economia pautada na ideia do Decrescimento – e dando efetividade à Dimensão Ambiental – parece ser, a contento, a saída mais plausível para assegurar-se uma perspectiva de vida saudável num futuro próximo.

5. DECRESCIMENTO

O Decrescimento baseia-se na hipótese de que o Crescimento econômico não é sustentável pelo ecossistema global. Os adeptos do Decrescimento tentam mostrar que mesmo a esperada “desmaterialização da economia” - pelo deslocamento do eixo da atividade econômica para o setor terciário, menos demandante de recursos naturais e de energia - acabou por se revelar uma ilusão.

Segundo Serge Latouche (s/d, s/p), a “nova economia” é relativamente imaterial (ou menos material), porém, mais do que substituição da antiga economia pela nova, o que existe são relações de complementaridade entre ambas. No final, todos os indicadores mostram que a extração de recursos continua a crescer.

Edgard Morin (2013, p. 19) defende que hoje passamos por um fenômeno que ele chama de Mundialização. A Mundialização cria uma infraestrutura de Sociedade-mundo que exige uma economia globalizada. Só que o controle dessa economia exhibe falhas; ademais, inexistem autoridades legítimas com poderes de decisão sobre essa economia; e não há consciência de uma comunidade de destino para se transformar em terra-pátria. Isso faz com que se desenvolva uma crise planetária.

Essa crise planetária guarda relação com a proliferação e resistência de Estados soberanos, com a crescente interdependência entre eles e com o seu fechamento etnorreligioso (Morin, 2013, p. 23), o que impede de fato a formação da Sociedade-mundo.

Essas policrises são alimentadas pela própria Mundialização. Patrick Artus e Marie-Paule Virard (2008, p. 54) explicam:

O pior ainda está por vir pela conjunção de cinco características principais da globalização: uma máquina desigual que mina os tecidos sociais e fomenta as tensões protetoras; um caldeirão que queima os recursos raros, encoraja as políticas especulativas e acelera o reaquecimento do planeta; uma máquina pronta para inundar o mundo de modalidades de liquidez financeira e para encorajar a irresponsabilidade bancária; um cassino no qual se efetivam todos os excessos do capitalismo financeiro; uma centrífuga que pode fazer a Europa explodir.

As policrises resumem-se: na crise ecológica com a degradação crescente da biosfera; crise das sociedades decorrente da ocidentalização cuja tendência é desintegrá-la; crise civilizatória com os efeitos egoístas do individualismo que destroem a solidariedade; crise demográfica com a superpopulação dos países pobres e a intensificação do fluxo migratório; crise urbana com asfixia das megalópoles; crise política que se agrava com a incapacidade de pensar a complexidade dos problemas (Morin, 2013, p. 26).

O conjunto dessas múltiplas crises provocadas pela Mundialização é moldado em três eixos: Ocidentalização, Desenvolvimento e Globalização.

A Ocidentalização vem a ser a invasão do modelo de vida especialmente europeu e norte-americano centrado na racionalidade e no desenvolvimento tecno-econômico. É o que o autor chama de Sociocentrismo Ocidental (Morin, 2013, p. 31). As crises são agravadas por conta da globalização e deixam o conhecimento desorientado pela rapidez da evolução das mudanças contemporâneas.

A Globalização constitui o estado atual da mundialização e:

É fruto da conjunção em circuito retroativo do desenvolvimento desenfreado do capitalismo que, sob a égide do neoliberalismo, se propaga pelos cinco continentes, e do desenvolvimento de uma rede de telecomunicações instantâneas (fax, telefone, celular, internet), o que efetua a unificação tecnoeconômica do planeta (Morin, 2013, p. 21).

A Globalização produziu uma onda democratizante em diversas nações, uma valorização dos direitos do homem e dos direitos da mulher cujos resultados são incertos e limitados. Combinou três processos culturais: homogeneização e de padronização do modelo norte-americano; resistência de culturas autóctones, que pretendem retornar a hábitos primitivos; e mestiçagem cultural (Morin, 2013, p. 21).

No mesmo sentido, Immanuel Wallerstein (s/d, s/p) destaca que a humanidade está no começo de uma depressão mundial de grande envergadura, e não de uma mera recessão, com consequências imprevisíveis. O desfecho dessa depressão pode resultar num novo sistema. Mas não está claro que sistema será esse. Pode ser algo muito pior que o sistema capitalista, ainda mais polarizado e hierárquico ou algo melhor, um sistema mais democrático e relativamente igualitário. Decidir o novo sistema é a luta política mundial mais importante de nossos tempos.

Edgard Morin defende que cada um deve desfrutar as qualidades da vida:

O estado prosaico e o estado poético são duas polaridades de vida: se não existisse a prosa, não existiria a poesia. A primeira é aquela que usamos por obrigação ou constrição em situação utilitária e funcional; a outra é a de nossos estados amoroso, fraternais, estéticos. Viver poeticamente é viver para viver. É inútil sonhar com um estado poético permanente que, de resto, se esmaeceria por si mesmo. Somos destinados à complementaridade e à alternância poesia/prosa (Morin, 2013, p. 79).

Nessa via contextual, Morin diz que a Mundialização é simultaneamente o melhor e o pior. O pior é que há a possibilidade de autodestruição da humanidade. O melhor é que há possibilidade de emergência de um mundo novo. Isso porque “quando um sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, ou se degrada, se desintegra, ou se revela capaz de suscitar um metassistema apto a tratar de seus problemas: se metamorfoseia” (Morin, 2013, p. 37).

5.1 Metamorfose do Decrescimento

Metamorfose é transformação, criação de algo novo. É diferente de evolução, pois conserva sua radicalidade inovadora, mas conecta-se à conservação. “A partir do século XXI, coloca-se o problema da metamorfose das sociedades históricas em uma sociedade-mundo de um novo tipo que englobaria os Estados-nação sem suprimi-los” (Morin, 2013, p. 38).

Pode-se conectar a ideia de Morin ao que hoje se debate tanto: a transnacionalidade, que é o “fenômeno reflexivo da globalização, que se evidencia pela desterritorialização dos relacionamentos político-sociais, fomentado por sistema econômico capitalista ultra valorizado, que articula ordenamento jurídico mundial à margem das soberanias dos Estados” (Stelzer, 2009, p. 21).

Para chegar à metamorfose, precisamos mudar de via. Apesar de ser impossível frear a supremacia técnica-científica-econômica-civilizacional que conduz o planeta ao desastre, é preciso mundializar/desmundializar, crescer/decrescer, desenvolver/envolver, conservar/transformar.

Mundialização/desmundialização implica em dar uma nova viabilidade à economia local e regional; renovar a alimentação da proximidade, artesanato, cultura vegetal; revitalização das cidades interioranas, reumanização da zona rural; realocação e aumento da democracia participativa regional; revitalização da convivialidade e regeneração das solidariedades. Enfim, é um retorno parcial ao passado para caminhar melhor para o futuro (Morin, 2013, p. 43).

Crescimento/Decrescimento significa diminuir as intoxicações consumistas, a comida industrializada, a dominação de intermediários (grandes hipermercados) sobre a produção e o consumo; reduzir o tráfego de automóveis particulares e o transporte rodoviário de mercadorias, em prol do transporte ferroviário (Morin, 2013, p. 44).

Desenvolvimento/envolvimento consiste no retorno de cada um às suas necessidades interiores, à estimulação das aptidões de compreender o outro; a manutenção da inserção em sua cultura, primazia da qualidade poética do viver (Morin, 2013, p. 44).

Conservação/transformação é deixar-se emocionar e enriquecer-se com os tesouros sublimes das grandes culturas e pensadores; uma grande parte das tecnologias limpas reside nos saberes ancestrais e nas comunidades marginais (Morin, 2013, p. 45).

Então, é preciso que o mundo ocidental supere dois tipos de carência cognitiva: por especializar o conhecimento, deixa-se de ter a noção do todo; e, por basear o conhecimento na

racionalidade, presume-se ter o universal, o que se chama de ocidentalocentrismo. Assim, começa-se a metamorfose de uma nova origem que define os caminhos para a via que nos tira do abismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se depreende, o Sistema-mundo impõe uma desigualdade hierárquica de distribuição e concentração de produção que implica em maior acumulação de capital para reforço das estruturas estatais, o que garante a sobrevivência dos monopólios em função dos fatores econômicos.

O Desenvolvimentismo vem a impor o Crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o consequente aumento do consumo, o que exige mais capacidade de administrar a sociedade e gerir esses múltiplos fatores.

A Governança do Sistema-mundo merece ser pensada tendo como paradigma a Sustentabilidade Ambiental, mas com nítido enfoque para o Decrescimento e reumanização de todas as áreas, uma diminuição do consumo desenfreado, uma regeneração das solidariedades e um enriquecimento com os tesouros sublimes das grandes culturas e pensadores do passado.

O aprimoramento da Democracia de modo a ampliar para a sociedade civil as decisões sobre os investimentos e a inversão da forma mental estruturada a partir da Segunda Guerra Mundial ensina que o Crescimento econômico é gerador de insegurança, não de segurança. Ademais, é importante que os governos tenham, além da luta social pela redistribuição da riqueza, uma sólida agenda ambiental, visando evitar ao máximo o desmatamento.

Retoma-se aqui o problema inicialmente enfrentado do Capitalismo expansivo para uma sociedade do hiperconsumo que causa degradação do meio ambiente em todas as suas dimensões. Confirma-se a hipótese de que é imprescindível mudar a rota até então vigente e transformar a estrutura do Capitalismo Global atual.

Para essa reconfiguração global, é preciso uma nova visão para a implementação de um paradigma de desenvolvimento baseado no Crescimento material infinito no contexto de um planeta finito.

A metamorfose pela qual a humanidade precisa passar implica no Decrescimento com o retorno parcial ao passado para caminhar melhor para o futuro. Dentre outras coisas, isso significa diminuir o consumo desenfreado, a comida industrializada, de modo a se retornar às necessidades interiores e à estimulação das aptidões de compreender o outro.

Enfim, é preciso se emocionar e se enriquecer com os tesouros sublimes das grandes culturas e pensadores, pois uma grande parte das tecnologias limpas reside nos saberes ancestrais e nas comunidades marginais com o fim de dar primazia da qualidade poética do viver.

REFERÊNCIAS

ARTUS, Patrick. VIRARD, Marie-Paule. **Globalisation**: le pire est à venir. La découverte, 2008. Título original: *Globalização, o pior está por vir*.

ASHLEY, Patrícia Almeida (org.) *et al.* **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BERREMAN, Gerald. **Occasional Papers in Sociology and Anthropology**. v.4. Anthropology, Development and Public Policy. Central Department of Sociology and Anthropology - Tribhuvan University, 1994.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOSELDMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Título no original: *The principle of sustainability: transforming law and governance*.

CORTEZ, Henrique. Para o Desenvolvimentismo a qualquer custo, os ambientalistas são inimigos da Pátria. **Portal EcoDebate**. ISSN 2446-9394. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2016/03/02/para-o-Desenvolvimentismo-a-qualquer-custo-os-ambientalistas-sao-inimigos-da-patria-por-henrique-cortez> . Acesso em: 2 mar. 2016.

CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. Participação Especial Gabriel Real Ferrer. **Globalização, Transnacionalidade e Sustentabilidade**. E-book. Itajaí: Univali. Disponível em file:///C:/Users/ANTONIO/Downloads/42ff9e77309be08609788d6eb4ca29d0.pdf. Acesso em: 27 ago. 2016.

CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. **Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n71/2177-7055-seq-71-00239.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

DE OLIVEIRA, Iara Pietricovsky. **Clima: vem aí um grande acordo** - só que não. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/clima-vem-ai-um-grande-acordo-so-que-nao>. Acesso em: 8 mar. 2016.

DE OLIVEIRA, Marcus Eduardo. **Por uma Economia pautada na ideia do Decrescimento**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/04/25/por-uma-economia-pautada-na-ideia-do-Decrescimento-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>. Acesso em: 8 mar. 2016.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

GLASS, Verena. **Os Direitos da Natureza e a superação do Desenvolvimentismo predatório**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2014/06/30/os-direitos-da-natureza-e-a-superacao-do-Desenvolvimentismo-predatorio-por-verena-glass>. Acesso em: 8 mar. 2016.

LANATA, Xavier Ricard. **Em vez do Desenvolvimento, a Viabilidade**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/em-vez-do-desenvolvimento-a-viabilidade/#sdendnote12sym>. Acesso em: 8 mar. 2016.

LATOUCHE, Serge. **Pour une société de décroissance**. Monde diplomatique. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651#nb7>. Acesso em: 8 mar. 2016.

LESBAUPIN, Ivo. **Caminhos para Outro Desenvolvimento**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/caminhos-para-um-novo-desenvolvimento/#sdfootnote4sym>. Acesso em: 8 mar. 2016.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LÖWY, Michael. **Ecosocialism, democracy and planification**. Disponível em: www.europe-solidaire.org. Acesso em: 8 mar. 2016.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

MARTINE, George. **As Grandes Conferências da ONU, o Desenvolvimento e a Governança Global**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2014/04/02/as-grandes-conferencias-da-onu-o-desenvolvimento-e-a-governanca-global-artigo-de-george-martineas>. Acesso em: 8 mar. 2016.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NAIME, Roberto. **Boas práticas de Governança corporativa e meio ambiente**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/10/02/boas-praticas-de-governanca-corporativa-e-meio-ambiente-artigo-de-roberto-naime>. Acesso em: 8 mar. 2016.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 13. ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANSON, Cesar. **Queda de Lugo**. Um golpe no contexto do ‘Sistema-mundo’ e do ‘Império’. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511053-conjuntura-da-semana>. Acesso em: 10 mar. 2016.

STELZER, Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. IN: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana. (Orgs.) Direito e Transnacionalidade. Curitiba: Juruá, 2009.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____, José Eli da. **Desenvolvimentos Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A depressão, uma visão a longo prazo**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/10/23/a-depressao-uma-visao-a-longo-prazo-artigo-de-immanuel-wallerstein>. Acesso em: 10 mar. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Imminent End Of Capitalism And Unifying Social Science**. Theory Talks (04-08-2008). Disponível em: <http://www.theorytalks.org/2008/08/theory-talk-13.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.